

*Corpus: resultado de uma busca**

Lucy Maria Batista Ethur

Participar de um Seminário coloca o participante em um estado de escolha que não deixa de ser um recorte teórico e um compromisso com a interpretação.

Quando o tema é Corpus - um dos primeiros pontos a ser considerado na análise -, mais difícil se torna o falar sobre, uma vez que, para o analista de discurso, o corpus não existe, ou melhor, não é dado a priori, tem que ser construído. Vai surgir como resultado de gestos de leitura, de interpretação e de compreensão de seu próprio objeto de estudo. O analista deve tomar por base a temática e o(s) objetivo(s) de seu trabalho, nessa delimitação. Sem esquecer que, para delimitar o corpus no universo do objeto, os critérios devem ser teóricos e não empíricos.

Na Análise do Discurso (AD), pode ser feita uma distinção entre corpus experimental e o de arquivo. Guilhaumou e Maldidier (1994) consideraram que suas dúvidas, na questão do corpus, foram respondidas pelo conceito de arquivo. O arquivo em cujo interior a análise do discurso clássica buscava seus corpus tinha, como origem, séries textuais impressas, estas já conhecidas e analisadas pelos historiadores. Quando esses autores, acima mencionados, se interessavam por sua materialidade, a tomavam como uma evidência. Sabemos que não há evidência, pois a língua é sempre sujeita a equívocos pelas múltiplas possibilidades de sentidos. Aqui, é interessante lembrar que a Análise do Discurso não procura o sentido *verdadeiro*, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. Não se procura, segundo Orlandi (1999), no objeto,

um sentido verdadeiro através de uma 'chave' de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há

uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (p. 26).

Voltando a Guilhaumou e Maldidier (1994), eles consideravam, em outra perspectiva, a complexidade do fato arquivista e concluíram que o arquivo nunca é dado a priori e, em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, pode ser identificado pela presença de uma data, por um nome próprio, por uma chancela (selo, rubrica) institucional, ou, também, pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, simplesmente institucional, era insuficiente para os autores, pois exibía pouco do funcionamento do arquivo. Eles estavam retomando, em suas análises, as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalavam regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto, pela confrontação de séries arquivistas. E, também, trabalhavam concomitantemente sobre a longa duração (tempo) e sobre o acontecimento. A instituição - e a classificação arquivista que ela impõe - sempre manteve para esses historiadores uma divisão problemática.

O arquivo, entenderam os autores (idem):

não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes (p. 164).

Guilhaumou e Maldidier (1994) observaram que antes a análise do discurso clássica era amarrada ao discurso político, portanto não tinha nenhuma necessidade de diversificação do arquivo. Na busca de algo que instalasse o social, no interior do político, a AD não pode mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Ampliou seu campo de investigação.

A escolha do objeto, hoje, não sofre restrições na AD. Como lembra Orlandi (1999), "quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise do discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc." (p. 62). O analista não deve esquecer que o objeto do discurso de um locutor, segundo Bakhtin (1992), seja ele qual for, não é o objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Ao analista não é dado inaugurar interpretações, mas buscar sentidos outros. O discurso, por sua vez, não é um reflexo da situação, assegura Orlandi (1998), nem está determinado por ela. Ele não tem como função construtiva a representação fiel de uma realidade, mas sim de assegurar a permanência de uma certa representação. Disso tudo decorre que ao analista não é dado buscar *o sentido*, nem inaugurar interpretações, mas deve ir em busca de sentidos outros, sentidos que podem chegar de qualquer lugar - eles estão soltos, disponíveis -, se movem e se desdobram em outros sentidos. O corpus surge, então, como resultado dessa procura, em recortes discursivos que justificam e exemplificam o porquê da interpretação. Neles, vão ser evidenciados os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação, e não outro.

O analista pode e deve fazer a distinção entre corpus empírico, constituído pela totalidade dos discursos (objeto de estudo) e corpus discursivo no qual serão evidenciados os

mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação e não outro (representado pelos recortes discursivos).

Indursky (1997) explicita:

parte-se de um 'universal discursivo', entendido por Dubois (1969) como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um campo discursivo de referência que se define como um tipo específico de discurso como, por exemplo, o discurso político, ou ainda o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um corpus empírico [...] o estabelecimento de um campo discursivo de referência não implica, entretanto, a automática delimitação do corpus discursivo. Ele representa o espaço discursivo, a partir do qual o corpus discursivo propriamente dito será construído, através de sucessivas "coletas" que definem, num verdadeiro gesto analítico, o que pertence a um determinado corpus discursivo e o que dele está excluído. Tal coleta conduz o analista de discurso a identificar, no corpus empírico, seqüências discursivas para integrar o corpus discursivo, na qualidade de objeto específico de análise.

Essas seqüências discursivas são escolhidas em função dos objetivos do analista e, segundo Orlandi (1999) "decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas". Construir montagens discursivas, via princípios teóricos da análise do discurso(AD), seguindo seus critérios e não esquecendo os objetivos da análise e sua compreensão, entende a autora (1999) é a melhor maneira de atender à constituição do corpus. Sem esquecer que analisar é mais do que interpretar, é compreender.

Ela estabelece a diferença entre interpretar e compreender:

a interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato; Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam "escutar" outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem (p. 26).

O texto é entendido como a unidade fundamental, na análise da linguagem. A Análise do Discurso não procura extrair sentidos dele buscando: o que este texto quer dizer? Ela (AD) considera que a linguagem não é transparente e questiona: como este texto significa? A questão é o *como*. O texto não é entendido como ilustração ou como documento de algo já conhecido. A partir do texto enquanto materialidade, a AD produz um conhecimento, afirma Orlandi (1999) "porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela (AD) o concebe em sua discursividade" (p18). Conforme a autora (idem), a AD

visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez implica explicitar como o texto organiza os gestos de

interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (p. 26/27).

A construção de um dispositivo de análise vai fazer com que o sujeito-leitor deslize para a posição de sujeito analista. Dessa posição, vai apresentar uma outra leitura, que ele sujeito vai produzir. A partir desse lugar, "ele não reflete, mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo, assegura Orlandi (1999), ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação" (p.61).

Finalizando este dizer, percebemos que todo discurso é sempre marcado pela impossibilidade da completude, não há um início absoluto, nem um final definitivo; assim sendo, neste caso esta comunicação fica sem fronteiras, portanto, fica aberta a todos os questionamentos, a todas as reflexões.

Nota

* Trabalho apresentado no **I Seminário Corpus: Análise de Dados e Cultura Acadêmica**, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM/RS, em novembro de 2000.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D. *Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História*. In: **Gestos de leitura**. Da História no Discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- ORLANDI, E. **A leitura e os leitores**. São Paulo: Pontes, 1998-a. 208p.
- . **Mai de 1968: nos limites dos sentidos**. Campinas: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 1998-b. No prelo.